

CONDIÇÕES DE TRABALHO NA UFRRJ

Comunidade da Geociências reivindica solução para problemas de infraestrutura e aprova mobilização em 20/2

FOTOS: Aline Pereira



Em assembleia da comunidade do Departamento de Geociências, realizada em 5/2, no P1, os presentes (estudantes, professores e técnico-administrativos) aprovaram a realização de um ato de mobilização na UFRRJ, no dia 20 de fevereiro. Um dos objetivos é dar visibilidade às reivindicações da comunidade, que necessita de obras de melhoramento na infraestrutura dos prédios, bem como investimento em segurança e em iluminação. Os estudantes cobraram soluções à Reitoria para problemas de locomoção (transporte universitário) e acessibilidade ao DGEO, salientando ainda a necessidade de se conclamar toda a Universidade à mobilização por melhores condições de ensino/aprendizagem na instituição, por entenderem que os problemas não estão circunscritos à Geociências.

A Assembleia foi convocada pelo professor Sérgio Brandolise Citroni, chefe de Departamento de Geociências, para, entre outros pontos de pauta, transmitir



ao corpo docente, técnico e estudantil do DGEO os informes de reunião realizada no dia anterior com a Administração Central da UFRRJ. Na ocasião, a Reitoria afirmou que já foram instaurados os procedimentos para a reforma no prédio da Geociências e que existe um estudo para o caso da Petrologia.

Os professores Ricardo M. Miranda, Reitor; Eduardo Mendes Callado, Pró-Reitor de Assuntos Financeiros e Valdomiro Neves Lima, Coordenador Especial dos Programas de Reestruturação e Expansão da UFRRJ participaram da

Assembleia da Comunidade do DGEO, pela Administração Central.

A ADUR-RJ foi representada pela Profa. Ana Cristina S. dos Santos. Os alunos também enviaram representantes: Gustavo, pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE; Fernando, pelo CGU, e Marcelo, pelo Diretório Acadêmico de Geologia - DAG.

“Determinadas demandas têm características de urgência”, diz o Reitor.

Segundo o Prof. Ricardo Miranda, as reivindicações do DGEO são justas, mas os gestores públicos não podem atropelar a legislação e estão à mercê da dinâmica das licitações. “Obras públicas são batalhas cotidianas e não somos atropeladores de leis”, disse o Magnífico.

CONTINUA NA PÁGINA 2

Ele explicou que a Reitoria está de acordo com todas as solicitações e que, inclusive, já despachou favoravelmente ao DGEO. Contudo, segundo o Prof. Ricardo Miranda, há entraves burocráticos para garantir que as obras sejam feitas no prazo razoável. Disse ainda que a reforma no prédio da Geociências vai custar quase R\$1 milhão e que, em 2009, instaurou procedimentos de recuperação de laboratórios e salas de aulas práticas em toda a Rural - o que incluiu também o anfiteatro do DGEO.

De acordo com o Reitor, as obras ainda não começaram porque a empresa licitada ganhou por apenas R\$0,01 em relação à concorrente. Entretanto, após declará-la vencedora, a Comissão de Licitação analisou com maior cuidado a planilha de custos e percebeu um erro de cálculo - o que tornava a proposta da empresa vencedora mais cara do que a da concorrente em R\$8. Então, a empresa que estava como segunda colocada foi declarada "campeã" - o que tem gerado vários recursos no campo jurídico e atrasado ainda mais o processo.

"As empresas se valem do jogo de planilhas. Muitas quebram contratos, são multadas, punidas judicialmente e até abandonam obras. A burocracia não nos permite romper o contrato com agilidade", disse. O Reitor ainda sugeriu que o DGEO criasse uma Comissão de Obras (o que foi feito ao final da Assembleia), para acompanhar e pressionar a empresa no cumprimento do contrato. Garantiu que tal iniciativa deu certo em relação ao campus de Nova Iguaçu.

Má condição do DGEO têm impacto na avaliação do curso de Geografia pelo MEC

Os problemas enfrentados pela comunidade do DGEO estão sistematizados em documentos já entregues à Reitoria há mais de um ano. Existem ainda comunidades sobre o aumento das rachaduras no prédio da Petrologia - o que tem causado muita insegurança aos professores, estudantes e técnicos que frequentam o local.

"Após a greve, retomamos as aulas, funcionando precariamente e sempre aguardando a reforma que já estava prometida. Soubemos hoje porque elas ainda não aconteceram. Mas, o que chega antes é a chuva, a queda de raios e as infiltrações", disse o Prof. Citroni.

As chuvas recentes transformaram algumas salas em verdadeiros 'brejos' -- termo utilizado por muitos durante a Assembleia. A queda de raios provocou a queima de equipamentos do DGEO e trouxe ainda mais transtornos e insegurança para a comunidade acadêmica.

A má condição de funcionamento do prédio teve impacto em recente avaliação realizada pelo Ministério da Educação - MEC, que atribuiu média três ao curso de Geografia (Bacharelado e Licenciatura). Os critérios considerados foram a instituição, a infraestrutura, a coordenação e o corpo docente. O curso praticamente obteve a nota máxima em relação à coordenação e ao corpo docente, mas não conseguiu

boa pontuação em relação à infraestrutura e à instituição. O relatório do MEC, lido pela Profa. Regina Cohen, coordenadora do Curso de Geografia, resume parte da precariedade que se arrasta há algum tempo:

"Embora todos os docentes possuam gabinetes de trabalhos individuais ou em dupla, são espaços que possuem problemas como: acústica, limpeza, iluminação inadequada etc. O espaço destinado à coordenação de curso é pequeno e compartilhado com a secretaria, impossibilitando o desenvolvimento adequado de atividades específicas de coordenação. No que diz respeito às salas de aula, estas apresentam-se em número suficiente, porém, com problemas de manutenção (limpeza, iluminação etc), disponibilidade de equipamentos, principalmente para atender as necessidades da formação do bacharel em geografia, além disso, não há acessibilidade para as salas de aula e banheiros (com exceção do PAT e PAP). Vale destacar que em reunião realizada com os discentes foram identificados problemas graves como: falta de água, banheiros inadequados, transporte interno deficiente etc."

Movimentos docente e estudantil apontam que problemas do DGEO são frutos da má gestão

Pela ADUR-RJ, a Profa. Ana Cristina dos Santos afirmou que a crise enfrentada pelo DGEO atinge outros departamentos da UFRRJ. Lembrou que a greve do ano passado teve como pauta a carreira e as condições de trabalho. Salientou que o REUNI (implementado pela Administração com o nome de PRE) e a má gestão do processo de expansão contribuíram para o agravamento da situação.

De acordo com Gustavo, representante do DCE, a mobilização é o caminho para a comunidade obter o atendimento às suas reivindicações.

"Toda Universidade Rural está um caos. Corremos o risco de ficar para trás, porque ainda discutimos questões primárias, como banheiro, água, iluminação, limpeza. O P1, que considero a casa do Reitor, pode ser tomado como modelo para alguém?", questionou sob aplausos.

Você sabia?

Em março do ano passado, ocorria no DGEO assembleia semelhante, com a mesma finalidade, evidenciando que as queixas da comunidade são antigas.

Veja mais em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/adurinforma/adurinforma151.pdf>

A matéria teve repercussão nacional e constou em dossiê do ANDES-SN que abordava a situação precária das condições de trabalho nas Instituições de Ensino Superior do país.



JORNADA DE LUTAS

Professor da UFRRJ vai a Brasília e participa de reunião preparatória da Jornada de Lutas dos SPF



O Professor Heitor Fernandes Mothé Filho esteve em Brasília, no dia 22 de janeiro, para participar da reunião preparatória da Jornada de Lutas dos Servidores Públicos Federais - SPF. Foi o único representante de uma seção sindical do ANDES-SN a participar do encontro denominado 'Espaço de Unidade de Ação'. A reunião contou com a participação de representantes de diversas entidades ligadas ao funcionalismo público, como SINASEFE, CSP-Conlutas, SEPE, FASUBRA, INTERSINDICAL, SINDSPREV-RJ e outras.

O objetivo era sistematizar a Jornada de Lutas do funcionalismo, cujo ápice será uma grande marcha em Brasília no dia 24 de abril. Os organizadores esperam reunir milhares de pessoas nesta manifestação nacional, que visa chamar atenção do governo e da população em geral para a retirada de direitos dos trabalhadores.

Durante a reunião, também foram discutidos outros temas, como conjuntura política nacional e internacional, bem como estratégias de enfrentamento às políticas adotadas

pelos governos Federal, Estaduais e municipais.

Na tarde do dia 22 de janeiro, os representantes do Servidores Públicos Federais protocolaram junto ao Governo Federal, a pauta de reivindicações 2013, contendo os eixos da Campanha Unificada para este ano. O documento foi entregue no Ministério do Planejamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), na Casa Civil da Presidência da República, no Senado e na Câmara dos Deputados.

CONFIRA OS EIXOS DA CAMPANHA:

- Definição da Data-Base em 1º de Maio;
- Política permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do Governo dos acordos e protocolo de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada dos PL's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, supressão do Artigo 76 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define o prazo até 31/08 para encaminhar projetos de lei que reestrutura carreira e concede qualquer

tipo de reajuste aos trabalhadores;

- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

ALGUMAS BANDEIRAS DE LUTA DOS SPF

- Contra o Acordo Coletivo Especial (ACE) –
- Contra a flexibilização da CLT
- Combate a todas as formas de assédio moral e sexual;
- Defesa da Aposentadoria e da Previdência Pública
- Em defesa da reforma agrária e de uma política agrária e agrícola de apoio ao trabalhador do campo e voltada para a produção de alimentos para o povo brasileiro
- Contra as remoções e os despejos, agravados com os mega eventos
- Fim à violência contra a pobreza;
- Aumento Geral dos Salários
- Adoção Imediata da Convenção 158 da OIT;
- Apoio às reivindicações dos SPF;
- Defesa da Educação e da Saúde Pública
- Respeito aos povos Indígenas e Quilombolas;
- Contra as Privatizações;
- Defesa do Meio Ambiente;
- Suspensão do Pagamento da Dívida Externa e Interna aos Grandes Especuladores
- Contra a Criminalização das Lutas e dos Movimentos Sociais

